

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E DIREITOS HUMANOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2020

BELEM/PA
DEZEMBRO 2020

ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS

Secretário

FELIPE ANDRE AZEVEDO ROSA

Secretário Adjunto

LUIS CAVALCANTE

Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON

ALUISIO LOBATO TORRES

Diretoria de Administração e Finanças

ABNER SERIQUE DO NASCIMENTO

Diretoria de Assuntos Jurídicos

VERENA ARRUDA

Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos

CHARLES SANTOS PENICHE

Coordenador de Planejamento e Orçamento

Equipe de elaboração

Ana Clara Rodrigues do Nascimento

Ana Luiza Silva da Silva

Patrícia Luzia dos Santos

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2020

Relatório de Gestão do exercício de 2020 apresentado a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração como prestação de contas anual, elaborado de acordo com as orientações da SEPLAD.

**BELEM/PA
DEZEMBRO 2020**

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

O primeiro capítulo do presente relatório identifica e caracteriza a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, apresentando em seus subitens: finalidades e competências; detalhamento de seus ambientes de atuação; e estrutura orgânica.

1.1. Finalidade e Competências

A Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, Órgão da Administração Direta do Governo do Estado, tem como missão institucional promover o exercício da cidadania, a defesa dos direitos humanos, o acesso à justiça e o combate às discriminações sociais, tendo como finalidade:

I - formular, coordenar e executar as políticas públicas de promoção, proteção e reparação dos direitos humanos;

II - formular, articular, implementar e avaliar a Política Estadual de Direitos Humanos conjuntamente com o Conselho Estadual de Justiça e Direitos Humanos;

III - formular, articular, implementar e avaliar o Plano Estadual de Direitos Humanos;

IV - integrar e articular o Sistema Estadual de Justiça e Direitos Humanos;

V - formular, implementar e avaliar a Política Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor e o Plano Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor visando o equilíbrio nas relações de consumo;

VI - viabilizar políticas públicas de defesa do patrimônio histórico, cultural e natural, assim como outros direitos difusos;

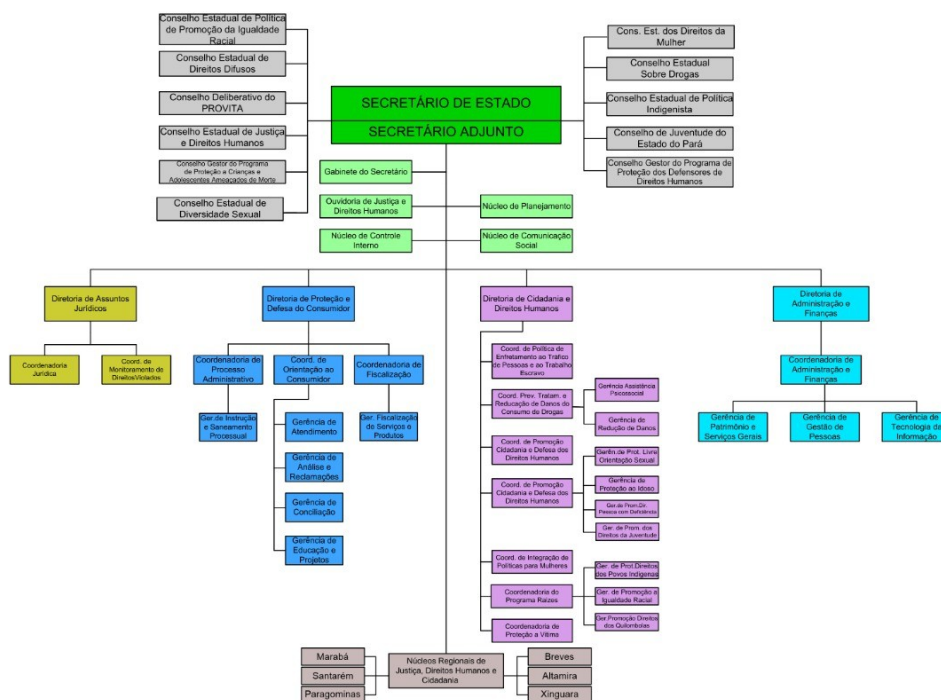
VII - articular e promover parcerias na elaboração e execução de suas políticas com os demais entes da federação, entidades internacionais, organizações não-governamentais, empresas privadas e movimentos sociais;

VIII - articular-se com os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, com a Procuradoria-Geral de Justiça, e Defensoria Pública do Estado do Pará, além de outros órgãos municipais, estaduais e federais, com vistas ao cumprimento da sua finalidade.

1.2. Organograma

A Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos conta com estrutura definida na LEI N. 7.029, DE 30 DE JULHO DE 2007 e suas alterações superiores, que Altera a denominação e dispõe sobre a reestruturação organo-funcional da Secretaria Executiva de Estado de Justiça - SEJU, e da outras providências.

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH



2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar como a SEJUDH neste relatório planeja suas atuações, apresentando seus desempenhos frente aos objetivos e metas estabelecidos para o ano de 2020. Para tanto, além de descrever os atributos inseridos no planejamento estratégico, apresenta-se o alinhamento existente entre planos (inclusive o Plano Plurianual – PPA) e competências legais.

Dessa forma, o subitem 3.1 traz informações sobre as Principais realizações de 2020 no âmbito da SEJUDH como um todo independente de dos objetivos e metas programados para contribuir ao alcance da missão institucional.

O subitem 2.2 trata dos alinhamento destas realizações com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS)

O subitem 2.3 traz Avaliação dos Compromissos regionais e dos instrumentos utilizados pelas unidades para realizar o acompanhamento e monitoramento dos objetivos do planejamento estratégico e do PPA;

No subitem 2.4 apresentamos a Avaliação de execução orçamentária em relação ao programado, no ano de 2020. este demonstra o desempenho orçamentário da SEJUDH, relacionando a recursos programados aos executados, a fim de serem cumpridos os objetivos previstos para 2020.

No subitem 2.5 A Avaliação das metas físicas das ações em relação ao programado;

Por fim, no subitem 2.6 apresentamos a Descrição das atividades realizadas no combate e mitigação dos efeitos da pandemia da Covid-19.

3.1. Principais realizações de 2020

a) ABORDAGEM PREVENTIVA EM PORTOS, AEROPORTOS E TERMINAIS RODOVIARIOS

Atividades informativas foram desenvolvidas durante o desembarque de voos internacionais (Suriname, Cayena, Miami e Portugal) no Aeroporto Internacional de Belém, assim como, em alguns voos nacionais no saguão do aeroporto e no Terminal Rodoviário de Belém. Sendo distribuídos os materiais informativo/preventivos (folders, cartilha, panfletos, dentre outros). A perspectiva desta atividade pautou-se na concepção de prestação de orientação quanto a uma migração segura, esclarecendo e fornecendo informações pertinentes no que diz respeito aos direitos e deveres dos migrantes em seu deslocamento dentro e fora do território nacional.

Atividades de orientações, atendimentos e agendamentos foram realizadas no Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, no Terminal Hidroviário de Belém, em 28 de janeiro de 2020, com distribuição de cartilhas para a população com informações sobre direitos trabalhistas e canais de denúncias, orientações sobre as principais características de situações análogas ao trabalho escravo. Concomitantemente, os profissionais da Sejudh entregaram encaminhamentos para a emissão de documentos, como Registro Geral (RG), carteira de trabalho 2ª via e retificações de certidões de nascimento e casamento, na sede da Secretaria, com uma estimativa de mais de **200 abordagens**.



Figura 2: Abordagem no Terminal



Figura 1 Abordagem no terminal hidroviário de Belém

B) EVENTOS

A Constituição Federal prevê que, migrantes ou refugiados, possuem os mesmos direitos, a partir do momento em que ingressam no território brasileiro, seja ele cidadão brasileiro nato ou naturalizado. O protocolo de refúgio é, atualmente, o documento que possibilita ao migrante o acesso aos direitos básicos, como benefícios sociais, por exemplo, e precisa ser renovado anualmente.

No intuito de garantir o acesso aos direitos básicos dos migrantes venezuelanos, da etnia Warao, em 20 a 24 de janeiro de 2020, ocorreu o primeiro mutirão de cadastramento e recadastramento que está sendo realizado durante esta semana. A ação que foi promovida pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) e

Agência da ONU para Refugiados (Acnur) em parceria com o Centro Universitário do Pará e Secretaria de Estado Assistência Social Emprego e Renda – SEASTER. Em dois dias de ação, a equipe técnica atendeu cerca de 50 migrantes que foram até o local para a atualização do protocolo de refúgio e incluir os dependentes menores de idade no documento.



Figura 3 waraos atendidos no mutirão



Figura 4 equipes envolvidas no mutirão

A Semana Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que ocorre sempre na última semana de julho e este ano correspondeu ao período de 27/07 a 31/07, foi realizada conjuntamente com o Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, 30 de julho, que foi instituído em 14 de novembro de 2013 pela Assembleia Geral da ONU, data em que também contamos com a ampla divulgação da Campanha Coração Azul, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC).

No período, a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará, por meio da Coordenadoria de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação ao Trabalho Escravo desenvolveu diversas atividades de sensibilização alusivas ao movimento, como exemplo a iluminação dos prédios governamentais da cor azul, em alusão a Campanha Coração Azul que visa enfrentar o tráfico de pessoas nacionalmente e mundialmente.

A Semana Nacional tem por objetivos: ampliar o (re) conhecimento do fenômeno e mobilização da sociedade e das instituições públicas e privadas, de forma preventiva; aumentar a participação da sociedade civil e dos indivíduos; dar visibilidade às ações desenvolvidas sobre esta temática; disseminar o tema nas

redes sociais e fazer com que a Campanha Coração Azul seja utilizada também como plataforma global para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Neste sentido, com ação em alusão à presente semana, foi realizado por esta coordenadoria, o Webnário: Tráfico de Pessoas em Tempos de Pandemia, realizado em 30 de julho de 2020, às 20h, através de nosso canal: <https://youtu.be/nC3W-baAXjA>, sendo efetuadas pré-inscrições no site <https://www.event3.com.br/ctetp/>, com emissão de certificados para participantes, portanto foram recebidas **131 confirmações de participação** que geraram certificados, no entanto, o vídeo que ficou disponibilizado na plataforma Youtube possui um total de **393 visualizações** até a data de 09 de dezembro de 2020, alcançando **12 municípios** no Estado Pará e **04 municípios em outros Estados**.

Figura 5 Visualizações no youtube



Figura 6 Flyer de divulgação do live

Na data de 09 de setembro de 2020, em reflexão as particularidades dos temas Tráfico de Pessoas, Trabalho Escravo e Migração Segura, que apresentam variações entre países, estados e regiões, ao mesmo tempo, mobilizam os demais integrantes do poder público, da sociedade civil organizada e da comunidade de

modo geral, além de informar sobre a importância, bem como o desafio do trabalhar no enfrentamento ao tráfico de pessoas a partir da promoção de ações integradas entre as diferentes políticas e esferas governamentais, realizou-se uma capacitação interna nesta CTETP, **totalizando 05 pessoas capacitadas**



Figura 7 Ação de capacitação interna

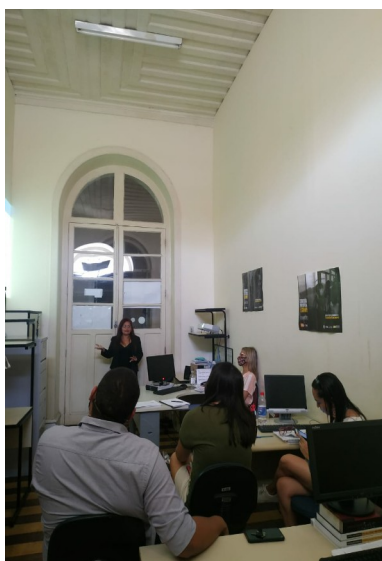


Figura 8: Ação de capacitação interna

Na data de 11 e 12 de outubro de 2020, realizou-se a Caravana de Cidadania e Direitos Humanos no município de Ananindeua, um projeto que tem por objetivo promover a cidadania por meio da viabilização de documentação civil, bem como fortalecer ações de defesa aos direitos humanos nas regiões de integração do Estado, foi realizado na Escola Laércio Wilson Barbalho: Rua Ferreira Gomes, Qd. 28, s/n, bairro: curuçambá, e na oportunidade esta Coordenadoria esteve abordando várias temáticas voltadas aos Direitos Humanos, bem como os conceitos, a rede de serviços e formas de mobilização voltadas ao tema de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Erradicação ao Trabalho Escravo e Migração Segura, no horário de 09h às

12h, que teve como público alvo cidadãos atendidos pelo Centro de Referências de Assistência Social – CRAS, sendo **06 pessoas capacitadas** no dia 11 de outubro de 2020 e **30 pessoas atendidas** com preenchimento de solicitação de RG no dia 12 de outubro de 2020.



IMAGEM 9: Caravana em Cidadania e Direitos Humanos



IMAGEM 10: Caravana em Cidadania e Direitos Humanos



IMAGEM 11: Caravana em Cidadania e Direitos Humanos



IMAGEM 12: Caravana em Cidadania e Direitos Humanos

Na data de 11 de novembro de 2020, servidores desta CTETP participaram de um evento na última quarta-feira (11), que visa ao empoderamento dos refugiados Warao abrigados em Belém. O objetivo da ação foi orientar às comunidades acerca da prevenção e combate à Covid-19, além de facilitar o acesso, via Sejudh, da emissão de documentos pessoais, como protocolos de refúgio. O evento foi

realizado pelas Aldeias Infantis SOS Brasil com a presença de representantes da Sejudh, Agência da ONU para Refugiados e da Clínica de Direitos Humanos do Centro Universitário do Estado do Pará, sendo capacitados **09 profissionais das presentes instituições**, além de **08 lideranças indígenas venezuelanas da etnia warao**.



IMAGEM 13: Capacitação com Lideranças waraos



IMAGEM 14: Capacitação com Lideranças waraos e rede de serviços

C -VISITAS DE CAMPO

Em continuidade às ações de capacitação às lideranças venezuelanas da etnia warao, foi realizado no dia 12 de novembro de 2020, um ciclo de capacitação em acompanhamento com os mobilizadores no abrigo do Outeiro Prosperidade, onde foram retiradas dúvidas e prestados esclarecimentos sobre protocolo de refúgio, agendamento da Polícia Federal, emissão de CPF e Carteira de Trabalho para migrantes, sendo atendido um total de **91 indígenas venezuelanos da etnia warao** presentes no espaço.



IMAGEM 11: Ciclo com indígenas waraos em outeiro prosperidade



IMAGEM 12: Ciclo com indígenas waraos em outeiro prosperidade

o Diagnóstico Participativo com indígenas venezuelanos da etnia warao promovido pela ACNUR (Agência da Onu para Refugiados) com participação das Aldeias Infantis SOS Brasil e FUNPAPA, realizado na Escola Bosque, com estimativa de **50 pessoas**.



IMAGEM 13: Diagnostico participativa na Escola Bosque



IMAGEM 14: Diagnostico participativa na Escola Bosque

itam
ades

documentais dos moradores, totalizando **100 abordagens**.



IMAGEM 15: Visita institucional ao abrigo



IMAGEM 16: Visita institucional ao abrigo

Durante este ano de 2020, também foram realizadas **03 visitas técnicas domiciliares** pelos técnicos do PAAHM, com intuito de acolher, orientar e encaminhar migrantes de outros países com demandas envolvendo a Polícia Federal, Ministério Público e Defensoria Pública.

D) MUNICÍPIOS ALCANÇADOS:

Com todas as atividades desempenhadas por esta coordenadoria, pode-se alcançar não só o município em que se encontra a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará, mas também até município fora do estado do Pará, isso por

conta do auxílio tecnológico e uso dessas ferramentas a nosso favor, neste sentido, abaixo segue uma tabela com a relação de todos os municípios alcançados nas ações.

Tabela I – Planilha de municípios alcançados

ATIVIDADE	MUNICÍPIO ALCANÇADO	QUANTIDADE
Webnário: Tráfico de Pessoas em Tempos de Pandemia	Belém	11
	Ananindeua	
	Marituba	
	Abaetetuba	
	Barcarena	
	Oeiras do Pará	
	Santarém	
	Tucumã	
	Curralinho	
	Soure	
	Breves	

Fonte: Elaborada pela Coordenadoria com base na planilha de atendimentos.

Coordenadoria de Proteção a Vítimas

A Coordenação de Proteção à Vítima tem como atribuição a coordenação dos Programas de Proteção que são executados por entidades executoras conveniadas com esta SEJUDH e de seus respectivos Conselhos: Programa de Proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas de morte (PROVITA), executado pelo Grupo de Mulheres Brasileiras – GMB; Programa de Proteção à criança e ao adolescente ameaçados de morte (PPCAAM), executado pelo Centre de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA; e Programa de Proteção aos defensores de direitos humanos (PPDDH), executado pela Sociedade Meio Ambiente, Educação, Cidadania e Direitos Humanos (SOMECDH).

Com o objetivo de desempenhar essas competências, a Coordenação em questão conta com uma equipe formada por (01) coordenadora, (02) secretárias de conselhos e (02) estagiárias.

Dentre as principais realizações de 2020 destacamos:

1 – Execução dos Programas de Proteção (PROVITA, PPCAAM e SOMECDH);

2 - Realização e participação nas reuniões dos Conselhos: Até 10/12/2020 foram realizadas 17 reuniões de conselho, sendo 7 reuniões do Conselho Deliberativo do PROVITA (janeiro, fevereiro, agosto, outubro, novembro e dezembro); 5 reuniões do Conselho Gestor do PPCAAM (janeiro, fevereiro, março, agosto e dezembro); e 5 reuniões do Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Pará (janeiro, fevereiro, março, agosto, outubro e novembro).

3 – Reuniões internas para ajustes sobre prestação de contas e continuidades dos Programas de Proteção (Relatório anexo).

Entre demais atividades administrativas do cotidiano, como: atendimento de possíveis protegidos, elaboração de documentos e atos normativos deliberados em Reunião, relatórios, entre outras reuniões informais para melhor compor o fluxo e andamento dos Programas pertinentes à Coordenação e junto as equipes técnicas.

4 – Curso de Capacitação em Direitos Humanos: a CPV elaborou um módulo sobre as atribuições da Coordenação e sobre os programas de Proteção no Curso Capacitação em Direitos Humanos que a SEJUDH está oferecendo aos servidores do Estado com objetivo de disseminar as informações referentes aos programas executados pelo Estado.

Coordenadoria de Integração de Políticas para Mulheres

ATIVIDADE CAMPANHAS

Plano estadual de política para as mulheres: Para o ano de 2020 a campanha 08 de março trouxe à sociedade paraense reflexão sobre o Eixo v- Participação da Mulheres nos espaços de poder e decisão e a prioridade 5.1 Sensibilização da sociedade e Implementação de estratégias para a atuação das mulheres em espaços de poder como sindicatos, centros comunitários, partidos políticos, organismos de política para as mulheres, associações e outras organizações. A campanha Lei Maria da Penha e a campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher corresponde ao eixo IV – Enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres e a prioridade 4.1 Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres da cidade, do campo, das águas e da floresta, considerando as questões de gênero, étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual e de deficiência.

Objetivo de Desenvolvimento sustentável: Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e Meninas **META** 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos, 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública e 5.c. Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.



Para esta campanha a CIPM abordou o tema “**Mulheres na Política para uma democracia Paritária**”, sendo promovido uma caminhada.

1.2 - CAMPANHA ALUSIVA A LEI MARIA DA PENHA (LEI N° 11.304/2006)

Webinário Estadual “Dialogando sobre a Lei Maria da Penha”: Aplicabilidade, alterações, avanços e benefícios para o enfrentamento à violência contra a mulher, sendo transmitido pela TV ALEPA e rede sociais.

1.3 - CAMPANHA 16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.

2-ATIVIDADE CONFERÊNCIA MUNICIPAL

2.1-PARTICIPAÇÃO EM CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Para o ano vigente estava previsto a realização de 09 conferências municipais, porém com o surgimento da pandemia pelo COVID-19 foi suspensa toda a agenda com perspectiva de retoma para o ano de 2021 no mês março (Bagre, Santarém e Gurupá), abril (Redenção, Capanema, Xinguara e Benevides), maio (Marituba e Belém) e junho a realização da conferência estadual.

Plano estadual de política para as mulheres: Eixo V – Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e a prioridade 5.1 – Sensibilização da sociedade e implementação de estratégias para a atuação das mulheres em espaços de poder como sindicatos, centros comunitários, partidos políticos, organismos de políticas para as mulheres, associações e outras organizações e 5.2 – Fomentar as ações do conselho estadual dos direitos da mulher.

Objetivo de Desenvolvimento sustentável: Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. **Meta 5.5** Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

Ressalta-se que no ano de 2020 foi possível a participação da CIPM nas seguintes conferências:



03-ATIVIDADE CAPTAÇÃO DE RECURSO

3.1 – RECURSO FEDERAL EDITAL FUNDO DOS DIREITOS DIFUSOS – FDD

A CIPM elaborou o projeto MARAJOARA - O EMPODERAMENTO EMPREENDEDOR DA MULHER AMAZONIDA para promover a condição cidadã de mulheres do arquipélago do Marajó através do estímulo à autonomia econômica solidaria e empreendedora enfrentando violência e violações de direitos. E, está concorrendo no edital Fundo dos Direitos Difusos (FDD) do Ministério da Justiça. Atualmente foi aprovado na fase de habilitação e está submetido para fase de classificação. E, caso o projeto aprovado a previsão de execução será no período de 2021 a 2023.

PLANO ESTADUAL DE POLÍTICA PARA MULHERES: Eixo I- Autonomia Econômica e Igualdade no mundo do trabalho para inclusão social das mulheres e populações tradicionais da Amazônia. Prioridade 1.2- Promover autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio.

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas e sua meta: 5.1- Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte; 5.2- Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos; 5.5- Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

PAUTA: Reunião de orientação ministério da justiça edital Fundo dos Direitos Difusos (FDD) para inserir o projeto de captação de recurso destinado à ação empoderamento e autonomia financeira para mulheres (Girândola)

ENCAMINHAMENTO: Estabelecido apoio do setor de planejamento Ministério Público do Estado do Pará referente à consultoria sobre plataforma mais Brasil e o edital. Atualmente esta na fase de análise da proposta pela concedente.



3.2 - RECURSO FEDERAL PROGRAMA DA MULHER BRASILEIRA

A atividade correspondente foi demandada pela Secretaria Nacional de Política para mulheres (SNPM) do ministério da mulher, família e direitos humanos (MMFDH) para execução do programa da mulher brasileira que prevê a implantação da casa da mulher brasileira, sendo direcionada para município de Breves, região do Marajó. Considerando que a Coordenadoria de Integração de Política para Mulheres (CIPM) da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), organismo de política criada por meio da Lei N° 7.029 de 30 de julho de 2007 é responsável pela política pública para as mulheres no Estado do Pará. Assim, a atuação desta coordenadoria deu-se, considerando o tramite da administração pública, com a elaboração do projeto **IMPLANTAÇÃO E EQUIPAGEM DA CASA DA MULHER BRASILEIRA MARAJOARA** para construir equipamento público equipado na região do Marajó para atender as mulheres em situação de violência com oferta de serviços especializados em um mesmo local, complementando a rede de serviço especializado no atendimento à mulher em situação de violência já existente, oferecendo atendimento de diferentes serviços de forma integrada e humanizada. Além desse momento, Já ocorreu no dia 03/12/2020 a reunião de articulação com a presença do Instituto de terras do Pará, Secretaria de Planejamento e Secretaria de Desenvolvimento e Obras para a viabilização da construção, cuja pauta foi de apresentação da Casa da mulher brasileira (programa da mulher brasileira), a necessidade da viabilização de um terreno do Estado no município de Breves e a viabilização da construção dessa casa.

PLANO ESTADUAL DE POLÍTICA PARA MULHERES: Eixo IV - Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres da Cidade, do Campo, das Águas e da Floresta. Prioridade: 4.4. Implantação e implementação/ampliação de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência nos municípios e/ou pólos regionais, com qualidade, eficiência, efetividade e humanização no atendimento, garantindo acessibilidade às mulheres portadoras de deficiência.

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e Meninas. Meta: 5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

04-ATIVIDADE IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER- SIVMULHER

O Sistema foi desenvolvido e hospedado pela PRODEPA através do Contrato nº. 018/2009, financiado com recursos oriundos do convênio nº. 227/2007, firmado entre a Secretaria de Promoção dos Direitos da Mulher da Presidência da República-SPM/PR e a Secretária de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH, no montante de R\$ 106.810,00 (cento e seis mil, oitocentos e dez reais). E foi idealizado como uma ferramenta tecnológica capaz de possibilitar o acesso diretamente pela web, através

de uma página específica na internet por meio de um mecanismo de autenticação de usuários que possuam login e senha, permitindo a comunicação e acompanhamento em rede (online) entre o órgão Gestor CIPM/SEJUDH e os Centros de Atendimento à Mulher da Capital e dos Municípios contemplados com o referido serviço. O Software contempla módulos que permitem o registro completo das usuárias a partir do cadastramento Sócio econômico, atendimento psicossocial, registro da agressão, do agressor, situação judicial, registros diversos, dados estatísticos e relatórios diversos. O referido sistema foi operacionalizado nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência- CRAM's, e posteriormente utilizado nos Centros Integrados de Atendimento à Mulher – PROPAZ-Mulher/DEAM e PARÁPAZ- Mulher/DEAM, com as devidas adequações na plataforma para atender as necessidades e atribuições do serviço especializado em tela. Ressalta-se que não existem débitos, multas/juros ou restos a pagar referente ao Contrato nº. 018/2009/PRODEPA/SEJUDH (Encerrado em 11/2012). O Sistema passou pelo processo de ampliação e remodelagem dos módulos para atender com eficiência e qualidade a amplitude dos serviços desenvolvidos pelo Ministério Público do Estado do Pará, na pessoa do Dr. Franklin Lobato Prado, Promotor de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Coordenador do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, na pessoa da Senhora Márcia Andréia Jorge de Lima, Coordenadora de Integração de Políticas para as Mulheres, e demais Órgãos Governamentais e não Governamentais que integram a Rede de Proteção a Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, no âmbito do Estado do Pará. Atualmente, está na fase de treinamento para visualizar o passo a passo que foi desde acesso à plataforma governo digital, onde está o SIVmulher e seguido do acesso para o agendamento, a tela onde tem a ficha para avaliação de risco até o registro dos atendimentos. Os participantes são os servidores da Fundação Pará Paz e da CIPM.

PLANO ESTADUAL DE POLÍTICA PARA MULHERES: Eixo IV: Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres da Cidade, do Campo, das Águas e da Floresta. Prioridade 4.1. Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres da cidade, do campo, das águas e da floresta, considerando as questões de gênero, étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual e de deficiência.

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e Meninas, meta: 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos; 5.b. Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.



2.2 ALINHAMENTO DAS REALIZAÇÕES COM AS METAS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS (ODS) ;

Cidadania, Justiça e Direitos Humanos						
Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável					
Crescimento Inteligente	3. Saúde e Bem estar 5. Igualdade de Gênero 8. Trabalho decente e crescimento econômico					
Sociedade de Direitos	10. Redução das desigualdades 11. Cidades e comunidades sustentáveis 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes					
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referencia			Índice Esperado 2020	Índice Alcançado 2020
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de migrantes e pessoas em condição análoga a de escravo identificado e atendido pela rede de serviços	Percentual	51,85	12/2018	SEJUDH	55,00	1.139,00
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	22,00	12/2018	SEJUDH	10,00	4,00
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual		12/2018	SEJUDH	13,00	7,00
Objetivo						
Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário						
Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres						
Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças						
Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas						
Promover os Direitos Humanos						

a) Percentual de migrantes e pessoas em condição análoga a de escravo identificado e atendido pela rede de serviços

Foram atendidas muito mais pessoas do que as planejadas.

O Planejamento previa 100 atendimentos. Foram feitos 1.600 atendimentos

b) Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas

Para o período do presente PPA (2020/2023), foram planejadas ações de capacitações para nove municípios.

No ano de 2020 as capacitações seriam em Ananindeua, Belém, Breves e Santarém.

Porém, não foi possível realizar capacitação no município de Belém, devido aos efeitos da COVID 19

c) Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres

Dos 31 municípios planejados para o PPA (2020/2023), foram desenvolvidas ações em 10 municípios: Capanema, Breves, Santarém, Ananindeua, Barcarena, Abaetetuba, Bujaru, Tomé-Açu, Paragominas e Benevides.

Considerando a programação da campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, que prevê visita em municípios e alguns são os que também estão previstos para ação monitoramento da rede de serviço. Assim, será

possível realizar o monitoramento dos seguintes municípios 15/12 – Castanhal, 19/12 – Bragança, 20/12 – Augusto Côrrea 22/12 – Marituba. Resdando o alcançar o município de Xinguara, Redenção, Bagre, Altamira, Brasil Novo, Anajás, Itaituba, Jacundá, Marabá, Parauapebas, Ponta de Pedras, Soure, Tucuruí e Tailândia e como estratégia para alcançar esses referidos municípios será viabilizado o instrumneto que é aplicado no monitoramento via e-mail e whatsapp para preenchimento.





AValiação: Não alcance da meta prevista devido as normativas presentes no decreto Nº 609, DE 16 DE MARÇO DE 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do Estado do Pará, à pandemia do corona vírus COVID-19; decreto Nº 729 de 5 de maio de 2020, que dispõe sobre a suspensão total de atividades não essenciais (lockdown), no âmbito dos Municípios do Estado do Pará, visando a contenção do avanço descontrolado da pandemia da COVID-19 e decreto Nº 800, DE 31 DE MAIO DE 2020 Institui o Projeto RETOMAPARÁ, dispondo sobre a retomada econômica e social segura, no protocolos específicos para reabertura gradual e funcionamento de segmentos de atividades econômicas e sociais, e revoga o Decreto Estadual nº 729, de 05 de maio de 2020, e o Decreto Estadual nº 777, de 23 de maio de 2020. Ressalta-se que a meta física estava prevista em percentual, porém a planilha retornou da SEPLAN para a NUPLAN com a alteração

de medida de porcentagem para unidade, então nenhum dos municípios previstos foram alcançadas as metas físicas. Assim, será possível a correção? Quanto ao orçamento foi compatível.

2.3 Avaliação dos Compromissos regionais e dos instrumentos utilizados pelas unidades para realizar o acompanhamento e monitoramento dos objetivos do planejamento estratégico e do PPA

a) Indicador do Processo

Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas

Ações

Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas

Região de Integração	Índice Esperado	Índice realizado
Araguaia	-	-
Baixo amazonas	10	-
Carajás	-	-
Guajará	50	7
Guamá	40	-
Lago Tucuruí	20	-
Marajó	20	-
Caeté	-	-
Rio Capim	-	-
Tapajós	-	-
Tocantins	-	-
Xingu	-	-

b) Indicador do Processo

Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações

- Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres
- Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher

Região de Integração	Índice Esperado	Índice realizado
Araguaia	13	0
Baixo amazonas	15	62,5
Carajás	17	-
Guajará	100	10
Guamá	6	0
Lago Tucuruí	29	0
Marajó	19	25
Caeté	20	10
Rio Capim	20	100
Tapajós	17	0

Tocantins	36	36
Xingu	20	0

c) Indicador do Processo

Percentual de migrantes e pessoas em condição análoga a de escravo identificado e atendido pela rede de serviços.

Foram atendidas muito mais pessoas que o estimado.

Região de Integração	Índice Esperado	Índice realizado
Guajará	55	1.139,00

2.4 apresentamos a Avaliação de execução orçamentária em relação ao programado, no ano de 2020

O orçamento fora praticamente todo executado.

Com a proximidade do termino do exercício financeiro, Identificou-se que cerca de 2/ (dois terços) do orçamento destinado a área finalística tinha sido utilizado.

.
Dessa forma, destinaram-se os valores restantes para o cumprimento das ações administrativas para manutenção do ente.

2.5 A Avaliação das metas físicas das ações em relação ao programado

No cenário de apoio e até mesmo realização de eventos, o contexto da pandemia, com a proibição de aglomerar realizar eventos passou a ser um grande desafio.

Os eventos on line passaram a ser uma opção.

Para a população LGBTI+, o cenário on line funcionou e as metas foram atendidas

Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI			
Município	Meta	Realizado	Percentual
Abaetetuba	1	1	100
Altamira	0	0	0
Ananindeua	2	2	100
Belém	4	8	200
Bragança	0	0	0
Breves	1	1	100
Cametá	1	1	100
Castanhal	1	1	100
Igarapé-Miri	1	0	0
Marabá	1	1	100
Marituba	1	3	300
Paragominas	1	1	100
Parauapebas	1	0	0
Salvaterra	1	1	100
Santa Izabel do Pará	2	1	50
Santarém	1	0	0
Soure	1	1	100
Tucuruí	1	1	100
Vigia	0	0	0
TOTAL	21	23	110

Porém, para as populações remanescentes de quilombos e povos indígenas as ações on line não surtiram tanto efeito e os índices foram abaixo do planejado

Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social

REGIAO DE INTEGRACAO	MUNICIPIO	META PPA ORCADA	META REALIZADA	% META REALIZADA
Araguaia	Redenção	1	0	0
Araguaia	São Félix do Xingu	1	2	200
	Total Araguaia	2	3	150
Baixo Amazonas	Alenquer	0	0	0
Baixo Amazonas	Juruti	1	0	0
Baixo Amazonas	Óbidos	0	0	0
Baixo Amazonas	Santarém	1	0	0
	Total Baixo Amazonas	2	0	0
Carajas	Marabá	1	0	0
Carajas	Parauapebas	0	0	0
	Total Carajas	1	0	0

Guajara	Ananindeua	2	4	200
Guajara	Belém	4	3	75
	Total Guajara	6	7	117
Guama	Castanhal	1	1	100
Guama	Colares	1	0	0
Guama	Santa Izabel do Pará	0	0	0
	Total Guama	2	1	50
Lago de Tucurui	Breu Branco	1	0	0
Lago de Tucurui	Novo Repartimento	0	0	0
Lago de Tucurui	Tucuruí	1	0	0
	Total Lago de Tucurui	2	0	0
Marajo	Breves	1	0	0
Marajo	Curralinho	0	0	0
Marajo	Gurupa	0	0	0
Marajo	Portel	0	0	0
Marajo	Salvaterra	1	0	0
	Total Marajo	2	0	0
Rio Caete	Bragança	2	0	0
Rio Caete	Santa Luzia do Pará	1	1	100
Rio Caete	Traquateua	0	0	0
Rio Caete	Viseu	0	0	0
	Total Rio Caete	3	1	33
Rio Capim	Capitão Poço	1	0	0
Rio Capim	Concórdia do Pará	0	0	0
Rio Capim	Paragominas	1	0	0
Rio Capim	Tomé-Açu	0	0	0
	Total Rio Capim	2	0	0
Tapajos	Itaituba	1	1	100
Tapajos	Jacareacanga	0	0	0
	Total Tapajos	1	1	100
Tocantins	Abaetetuba	1	0	0
Tocantins	Acará	0	0	0
Tocantins	Baião	0	0	0
Tocantins	Moju	0	0	0
	Total Tocantins	1	0	0
Xingu	Altamira	1	2	200
Xingu	Medicilândia	0	0	0
	Total Xingu	1	2	200
	TOTAL	25	14	56

As reuniões do conselhos representativos da sociedade civil também passarm a ser, em sua quase totalidade, na forma on line.

Dentre as exceções das reuniões on line, destacamos a I Reunião do Conselho de Política Indigenista do estado do Para, que ocorreu em dezembro , no teatro cine Libero Luxardo, no Centur, reunindo lideranças indígenas, representantes da sociedade civil e do governo paraense.

A maioria das Capacitações em Direitos Humanos somente serão concluídas no próximo ano. Mas já iniciaram em 2020 e estão em curso na modalidade a distancia.

Ações de empoderamento feminino esbarraram no fator pandemia pelo COVID-19 influencio diretamente do não cumprimento da ação, que tem característica de educação profissional presencial e o público por ser mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou em situação de violência doméstica e/ou familiar dificulta o acesso a aula online. Mas no município de Ananindeua, 55 mulheres já foram selecionadas e as ações deverão iniciar em janeiro de 2021.

Sem reuniões presenciais também foi difícil implantar conselhos municipais de defesa da mulher, porem destacamos a implantação em 7 municípios: São Miguel do Guamá, Benevides, Curuça, Marituba, Ourém, Santa Bárbara e Santo Antônio do Taua

2.6 apresentamos a Descrição das atividades realizadas no combate e mitigação dos efeitos da pandemia da Covid-19

DAS AÇÕES REALIZADAS PELA CIPM DE ACORDO AS RECOMENDAÇÕES DO DOCUMENTO DA ONU “GÊNERO E COVID 19 NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: DIMENSÕES DE GÊNERO NAS RESPOSTAS – 14 RECOMENDAÇÕES” RECOMENDAÇÕES DA ONU MULHER E AÇÕES DA CIPM /SEJUDH

O documento apresenta 14 recomendações, sendo identificadas 05

Recomendações, a saber:

“a- Garantir a disponibilidade de dados desagregados por sexo e análise de gênero, incluindo taxas diferenciadas de infecção, impactos diferenciados da carga econômica e de assistência, barreiras de acesso das mulheres e incidência de violência doméstica e sexual. “

Respostas:

➤ A CIPM / SEJUDH, em parceria com o PRODEPA, num convênio financiado pelo governo federal, criou o Projeto de Informações de Mulheres em Situação e Violência, denominado SIV – MULHER, o qual deveria ter sua funcionalidade por dentro dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Todavia, foi implantando e implementado apenas no CRAM de Belém, tendo muitas limitações porque não chegou na sua plena funcionalidade / manutenção. Diante, do Projeto Empoderamento Empreendedor (que visa o atendimento e a qualificação profissional de mulheres em situação de violência e hipossuficiência econômica), da Promotoria de Justiça / Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o Promotor titular objetivou um sistema interligado entre Promotoria / Polícia Civil e PRODEPA, para que a rede de garantias dos direitos da mulher seja interligada, oferecendo informações socioeconômicas e de ocorrências policiais e, nesse sentido, o SIV – Mulher foi disponibilizado, numa parceria, e está sendo adequado para cumprir essa importante função, enquanto uma ferramenta tecnológica em favor de mulheres em situação e violência. O mesmo está em fase de ajustes para ter sua funcionalidade conforme o projeto da Promotoria.

➤ Do mesmo modo, a CIPM esteve dialogando com a Polícia Civil para fortalecer parcerias e adequar para uma linguagem de “gênero” os dados de registros no sistema da polícia civil no que se refere os dados dos crimes cometidos contra a mulher no Estado. Assim, ocorreu a apresentação do plano de segurança pública para mulheres, pelo coordenador de políticas públicas da Diretoria de Prevenção da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social / SEGUP, para trabalhar o fortalecimento da rede de proteção para mulheres vítimas de violência doméstica e adequação futura do sistema, pois ainda permanece o diálogo para avanço nessa proposição de criação de um sistema que revele dados por sexo e desagregados por gênero.

“b. Promover consultas diretas com organizações de mulheres sobre a situação das mulheres, em particular suas necessidades e as medidas apropriadas para enfrentar a pandemia, garantindo que suas opiniões, interesses, contribuições e propostas sejam incorporadas à resposta. “

Respostas:

➤ Segundo último levantamento feito em abril do corrente ano, o Estado do Pará conta com 18 (dezoito) Organismos de Políticas para as Mulheres municipais (OPMs), nos municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Barcarena, Bagre, Breves, Gurupá, Nova Esperança do Piriá, Augusto Corrêa, Bragança, Itaituba, Redenção, Parauapebas, Marabá, Tucuruí, Jacundá, Goianésia e Itupiranga), além do organismo estadual (CIPM). Além disso, consta com 35 (trinta e cinco) Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres em funcionamento regular e 06 (seis) inativos. Essas instâncias são canais legítimos de escuta / levantamento de demandas / proposições / monitoramento e avaliações em torno de diversas demandas de políticas públicas para as mulheres, favorecendo a organização dos segmentos, em que a CIPM está em permanente conta / articulação / construção e agendas para fomentar as políticas para as mulheres no Estado.

➤ Realizou 01 reunião virtual com os organismos de políticas para as mulheres dos municípios tendo como pauta o fortalecimento da rede de atendimento as mulheres em situação de violência neste tempo de pandemia, com objetivo de criar estratégias de continuidade dos serviços de atendimentos essenciais como nas áreas da Assistência Social, Segurança Pública (Delegacias Especializadas), Assistência Psicossocial (PARAPAZ), Defensoria Pública, Ministério Público e Justiça (Tribunal de Justiça).

➤ Realizou reunião com a Coordenadoria da Mulher de Belém-COMBEL, sobre a realização conferência municipal de Belém e eleição do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher.

➤ Realização de visita Técnica ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Miguel do Guamá.

➤ Visita técnica do Centro de Referência de Assistência Social do município de Curalinho. Pauta: orientação para conferência municipal e material gráfico

➤ Assessoria aos municípios para criação / reativação de Conselhos Municipais (Melgaço /Marituba / Bagre) e criação de OPMs (Bagre / Marituba).

➤ Realizou ainda 04 (quatro) reuniões com o Conselho Estadual, tendo entre as participações: Central Única dos Trabalhadores- CUT / Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado do Pará –MMCC / Centro de Estudos e Defesa do Negro – CEDENPA / Federação das Trabalhadoras de Agricultura do Pará – FETAGRI / Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará-FASEPA / Procuradoria Especial da Mulher da ALEPA / Secretaria de Estado da Segurança Pública.

➤ A CIPM também participou de reunião virtual com as gestoras dos OPMs Estaduais / Municipais junto com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

“c. Garantir a continuidade dos serviços essenciais para responder à violência contra mulheres e meninas, desenvolvendo novas modalidades de prestação de serviços no contexto atual e aumentar o apoio às organizações especializadas de mulheres para fornecer serviços de apoio nos níveis local e territorial. “

➤ Participação em reuniões da rede para discussão do atendimento às vítimas de violência doméstica, em que no dia 19.05 foi organizada pelo Ministério Público, tendo como participantes: CIPM / SEJUDH, MP - Núcleo de Enfrentamento / Tribunal de Justiça – Coordenadoria da Mulher / Polícia Civil e PARAPAZ.

- Reunião online com os conselhos municipais de defesa dos direitos da mulher com a participação das conselhereiras Estaduais , tendo como pauta o monitoramento dos serviços locais nos municípios de atendimento a mulher neste tempo de pandemia.

A partir do decreto estadual N°609,16/03/2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento a pandemia COVID-19, no âmbito do Estado do Pará, diante o isolamento da população e por meio dos noticiários televisionados sobre o aumento da violência doméstica com mulheres. Foi solicitado ao núcleo de comunicação a criação de chamada virtual para fomentar as mulheres que estejam em situação de violência a denunciar. Tal material digital foi disponibilizado a rede atendimento à mulher em situação de violência dos municípios do Estado, OMPS e Conselhos de defesa dos direitos da mulher para divulgação nas redes sociais

“d. Levar em consideração as diferentes necessidades de homens e mulheres nos esforços de recuperação a médio e longo prazo. Desenvolver estratégias focadas nas mulheres, para criar resiliência e promover mecanismos de geração de renda e meios de vida sustentáveis, reconhecendo o maior impacto gerado por diferentes grupos de mulheres.”

Respostas:

- A execução do Projeto GIRÂNDULA será realizada, conforme previsão no PPA, a partir de junho / 2020, visando a promoção da autonomia e renda de mulheres em situação e vulnerabilidade social e violências

- Apoio para execução do Projeto: projeto empoderamento empreendedor, do Ministério Público e outros parceiros. Atividades desse projeto: Palestra de autoestima com o tema: “Quem sou eu mulher” ministrada por Luciane Costa Ferreira, Coordenadora do Projeto “Conhecimento Alforria da Mulher” de Benevides e Instituto de Desenvolvimento Social (Ideso); e, abertura de inscrições das mulheres assistidas pela Patrulha Maria da Penha e Alforria para Curso de Panificação ofertado pela FIBRA.

Está havendo reuniões de articulação em torno do Projeto Empoderamento Empreendedor, sob a coordenação do Promotor de Justiça Doutor Franklin Lobato Prado, por videoconferência, onde será utilizado o aplicativo ZOOM, na qual serão debatidas e programadas as futuras ações relativas às Políticas Públicas de empoderamento feminino após a pandemia e o que ocorrer, respeitando o período de afastamento social imposto pelo COVID-19 (reunião 17/04 e 22/04/2020).

e – SOBRE DENÚNCIAS DE VIOLAÇÃO DE DIREITO E/OU VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Destacamos que ainda é um desafio a **formalização de denúncias** de violações ou violências institucionais por mulheres que percorrem os serviços da rede de atendimento em momento de necessidade de atendimento, assim como, por profissionais da própria rede que assistem ou tomam conhecimento de fatos. Nessas condições, a CIPM fica impossibilitada de cumprir fase de procedimentos para apuração dos fatos junto aos órgãos competentes, pois a legalidade exige formalidades. Todavia, há denúncias (informais) que os serviços especializados não

estão funcionando adequadamente, como se propaga nas reportagens midiáticas, ou chega a informação direta por terceiros.

Nesse sentido, cabe destacar que a CIPM está realizando e/ ou participando reuniões virtuais com gestores de serviços da rede (como MP / Tribunal de Justiça / Polícia Civil / PARAPAZ) tendo como pauta esse atendimento às mulheres nesse tempo da pandemia. Do mesmo modo, vem realizando reuniões com as gestoras dos organismos, assim como com Conselheiras dos Direitos da Mulher, orientando a elaborarem relatórios formais acerca do atendimento às mulheres nos municípios para tomadas de providências e que se aguarda esse material ainda. Mas há de se frisar que no município de Parauapebas a DEAM está sem delegada no momento (adoecimento e não substituição), e em Jacundá a delegacia convencional só atende casos de violência contra a mulher por agendamento (SIC), esses são alguns exemplos. Por outro lado, se avalia que as ações mais empreendedoras para a promoção de atendimento humanizado às mulheres estão em mobilizar a rede local (mais imediata como polícia e justiça) e a realização de campanhas (virtuais) através de vídeos, chamadas produzidas para WhatsApp com divulgação de endereços e contatos, e instalação de linha telefônica.



